

# So a correção monetária das micros terá anistia

Josemar Gonçalves

ANC P8



Mansueto aponta erro de Mailson

limitar o benefício a pequenos e microempresários urbanos, e pequenos e médios produtores rurais. A fusão prevê também que apenas os contratos assinados durante a vigência oficial do Plano Cruzado — de 28 de fevereiro e 86 a 28 de fevereiro de 87 — terão direito ao perdão da correção monetária, válido para todo o reajuste posterior a 28 de fevereiro de 87.

7 JUN 1988

O perdão da correção monetária para as dívidas de microempresários e pequenos produtores rurais vai custar Cz\$ 183 bilhões, e não os Cz\$ 520 bilhões calculados pelo Ministério da Fazenda. A conta é do autor da emenda que propõe o perdão, a ser votada nas disposições transitórias da nova Constituição, o senador Mansueto de Lacerda (PMDB-PE).

«O ministro da Fazenda está mal-informado ou de má-fé, ao falar em mais de Cz\$ 500 bilhões», afirma o senador. Mansueto aceitou ontem modificar sua emenda, retirando o inciso II, que previa o perdão para todas as dívidas, de qualquer natureza, contraídas entre 28 de fevereiro e 31 de dezembro de 86. A retirada desse inciso, considerado abrangente em excesso, vai aumentar as chances de aprovação do perdão. «A base política já existe no plenário», acredita o senador.

Mansueto acertou ontem a fusão de sua emenda com duas outras semelhantes, dos deputados Humberto Souto e Ziza Valadares. O texto resultante da fusão vai

## Empresários organizam lobby

Dirigentes empresariais de Brasília estiveram reunidos ontem, na Associação Comercial do DF, à procura de fórmulas para convencer os constituintes a aprovarem a emenda do senador Mansueto de Lacerda (PMDB-PE). A emenda cancela a correção monetária de todos os empréstimos contraídos por micro e pequenos empresários durante o Plano Cruzado, no período entre 28 de fevereiro a 31 de dezembro de 86.

Os empresários, além do «corpo a corpo», pretendem lotar o plenário da Constituinte quando a emenda for votada, possivelmente na próxima semana. O texto do senador pernambucano prevê ainda que os micro e pequenos empresários não pagarão os juros nem o principal da dívida 180 dias após promulgada a futura Constituição.

Em Brasília, mais de 30 mil deles serão beneficiados caso a emenda seja aprovada, segundo cálculos do presidente da Associação das Micro e Pequenas Empresas, Altair Maia.

«A média dos empréstimos tomados por empresários brasilienses durante o Plano Cruzado foi de Cz\$ 100 mil. Hoje, estes mesmos empréstimos valem de Cz\$ 800 mil a Cz\$ 1 milhão», afirmou Altair Maia, para quem a emenda significaria «a estabilização financeira do País». Dentre as entidades que farão pressão aos constituintes para a aprovação da emenda estão a Federação das Indústrias de Brasília (Fibra), Associação Comercial, Federação do Comércio e Federação das Associações de Produtores Rurais.

## Lustosa defende negociação

Belo Horizonte — O presidente do Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Cebrae), Paulo Lustosa, disse ontem nesta capital que as dívidas das pequenas empresas, tomadas a partir do Plano Cruzado, já poderiam ter sido renegociadas, evitando o confronto entre o Poder Executivo, «que tem protelado uma decisão sobre o assunto, e o Poder Legislativo, que tem como certa a aprovação da emenda do deputado Mansueto de Lacerda, que prevê anistia total dos débitos», disse.

«Se houvesse uma repactuação dos débitos, caso a caso, com carência e aumento do prazo total

de financiamento, não precisaria haver doações, com injustiça para quem, com sacrifício, já quitou seus débitos», disse Lustosa. Ele afirmou que uma renegociação poderia «sanear e permitir às empresas produzir em paz».

Segundo Lustosa, levantamentos feitos pelo Cebrae revelaram, em fevereiro, que 40% das pequenas empresas se recuperaram através das resoluções 1335 e 1337 do Banco Central. «Dos outros 60%, a medida se recuperaria com venda de patrimônio pessoal ou da empresa e a outra metade não se recuperaria de jeito nenhum», afirmou.

JORNAL O GLOBO  
7 JUN 1988